

Em busca do Reino Definitivo: Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e resistência no Sertão do Centro-Sul do Piauí na década de 1980

Sérgio Luís Simeão Silva

Resumo

Esse trabalho discute as ações de resistência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) da Diocese de Picos no Centro-Sul do Piauí na década de 1980. Para esse estudo, analisamos três exemplares do periódico “Notícias do Reino em Picos”, ano 1986, e algumas entrevistas e escritos de cebianos. A discussão historiográfica pauta-se na análise da relação entre as ações políticas das CEBs e sua base religiosa como força motriz da luta social na Diocese de Picos na década de 1980. Analisamos as táticas (Certeau, 1998) desse movimento social na utilização da linguagem religiosa nas notícias dos periódicos e das entrevistas. As CEBs, em análise nesse trabalho, mostram-se numa ação política redefinida no sagrado e permeada de experiências e expectativas (Kosseleck, 2006), que nutriram sua utopia sobre o Reino Definitivo, a religiosidade fundante de sua caminhada.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Cebis; Piauí.

In Search of the Definitive Kingdom: Ecclesial Base Communities (CEBs) and Resistance in the Backlands of Central-Southern Piauí in the 1980s

Abstract

This work discusses the resistance actions of the Ecclesial Base Communities (CEBs) of the Diocese of Picos in central-southern Piauí in the 1980s. For this study, we analyzed three issues of the periodical "Notícias do Reino em Picos" from 1986, as well as interviews and writings from CEB members. The historiographical discussion is based on the analysis of the relationship between the political actions of the CEBs and their religious base as a driving force for social struggle in the Diocese of Picos during the

1980s. We analyzed the tactics (Certeau, 1998) of this social movement in using religious language in periodical news and interviews. The CEBs analyzed in this work demonstrate a redefined political action rooted in the sacred and permeated with experiences and expectations (Kosseleck, 2006), which nurtured their utopia of the Definitive Kingdom, the foundational religiosity of their journey.

Keywords: Social Movements; CEBs; Piauí.

Dom Augusto, na sua sabedoria de pastor, apontava-nos o caminho que começávamos a vislumbrar e que nos indicava o rumo certo do ponto de chegada: O REINO DEFINITIVO. Na apresentação das conclusões sinodais deixou registrado para nós um forte chamado: “Mas não basta conhecer o caminho, é preciso agir para que esta aspiração do Reino Definitivo se concretize em realidade transformadora e libertadora” (Costa; Rocha, 2013, p. 67-68)

Texto integral

O lugar e o não-lugar das CEBs

As palavras da epígrafe desse estudo demonstram uma característica fundamental das CEBs, que direcionaram suas ações na região Centro-Sul do Piauí nos anos 1980. Essa característica é sua base religiosa libertadora, que faz desse movimento um movimento em dois sentidos: um social e um religioso. Um está atrelado ao outro. Ao denominarmos esse movimento de social, ao mesmo tempo, ele guarda também um sentido utópico que, sem esse elemento, o social perde toda a razão de ser. A utopia das CEBs é a construção do Reino de Deus a partir do social, que podemos chamar de espaço de sua realidade. O sentido de realidade construído pelas CEBs implica uma soteriologia que perpassa o social, de forma imanente, e alcança um fim transcendental.

O transcendente, o qual é o não-lugar das CEBs, se mostra quando os militantes identificam a caminhada da igreja dos pobres como uma caminhada rumo ao “Reino Definitivo”. Esse Reino apresenta dois espaços: um deles é o ponto de chegada em um futuro; o outro é o lugar da peregrinação no presente, que pressupõe o início da construção desse Reino. O lugar da peregrinação se encontra nesse mundo; o outro é reflexo e consequência das lutas sociais dessa caminhada peregrina. A caminhada das CEBs é uma caminhada no social motivada pela “aspiração do Reino Definitivo”. A utopia desejada deve, dessa forma, se transformar em “realidade transformadora e libertadora” na caminhada social. Uma realidade está condicionada à outra: nas CEBs, a libertação social reflete a libertação definitiva. Aqui está o ponto alto de duas temporalidades das CEBs: o seu elemento real, articulado com vários aspectos do social (a educação, o político, a cultura, a economia) e outro elemento presente em sua simbologia religiosa e imaginativa que constrói um lugar de desfecho das lutas sociais. Um lugar que, ao mesmo tempo, é um não-lugar, pois envolve a dimensão espiritual.

Nas Cebes do sertão da Região Centro-Sul do Piauí, assim como apontamos duas temporalidades, notamos também dois espaços: um lugar que chamaremos de sua realidade social, o sertão, e outro que guarda um lugar para a utopia, o Reino Definitivo. Este último espaço é, ao mesmo tempo, em contraposição à realidade social e suas imperfeições, um não-lugar onde o ideal se realiza. Mas, para os cebianos, esse “lugar nenhum” tem sentido a partir de suas experiências e expectativas sociorreligiosas, e, mesmo sendo um lugar ideal, divino e paradisíaco, de harmonia e felicidade, ele só pode se realizar no agir da igreja, na caminhada da igreja sinodal.

Utopia e realidade nas CEBs sertaneja piauiense

Maira Eveline Schmitz, discutindo o tempo e o espaço em Jacques Rancière e Henri Lefebvre, aponta o real no passado como observável sempre a partir de perspectivas, de escolhas. Sendo o passado um amontoado de acontecimentos e

permeado de contradições, de onde se escolhe a matéria-prima para a produção humana, ele não se constitui numa realidade objetiva, mas podemos afirmar que o subjetivo, a representação, a linguagem e os modos pelos quais estes se manifestam são todos elementos que formam o real numa dada temporalidade (Schmitz, 2020, p. 99). Nesse ponto, quando lembramos de Walter Benjamin, podemos dizer que o passado disperso aguarda, com um apelo, outras gerações que o possam redimir (Benjamin, 1994, p. 223). Pois, se não fosse essa busca pelo real, por uma redenção ou por algo consistente que nos identifique no tempo e no espaço, por que essa insistência em olhar para trás? Por que a busca pelo elo perdido, por algo que possa responder às nossas utopias, que preencha de experiências o nosso presente e nos lance para as expectativas de um futuro aguardado? Reinhart Koselleck formulou isso na sua tese sobre as temporalidades na História. Para ele, experiência e expectativa são duas categorias adequadas para

nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político (Koselleck, 2006, p. 309).

Segundo Koselleck, “na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento” (Koselleck, 2006, p. 309). Para ele, a experiência é passado atualizado, e as expectativas são experiências lançadas para um futuro que ainda não foi vivido. Dois tempos se comprimem no presente: um recolhido do passado e outro lançado para o futuro, mas os dois são presentificados.

Em Koselleck, podemos notar que o espaço da expectativa envolve o pessoal e o impessoal, porque traz a junção de uma série de previsões comuns às experiências sociais:

também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas

também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (Koselleck, 2006, p. 310).

Quando tratamos do elemento utópico nos movimentos sociais, notamos um lugar reservado do “ainda-não” da expectativa de que trata Koselleck. O “não experimentado”, que encontra seu lugar nos espaços de contestação social, está ligado ao espaço do possível, da imaginação, um espaço das maneiras alternativas de ser e estar no mundo. Francisco José Calazans Falcon, em seu artigo sobre utopia e modernidade, refere-se à utopia na clássica terminologia de “lugar nenhum” (Falcon, 1993, p. 128) e destaca sua função integradora na sociedade. Esta função integradora vem do estranhamento e do distanciamento diante das contradições e ambiguidades da sociedade. Ao contrário do estabelecido pelo senso comum, a utopia não é a negação da realidade ou a ilusão perdida de um paraíso imaginário, mas ela guarda um lugar de possibilidade e reserva um espaço para o sonho realizável a partir da esperança. Ela é a superação de uma realidade que não satisfaz.

Para Falcon, a utopia busca

expor o hiato de credibilidade em que todos os sistemas de autoridade excedem tanto a nossa confiança neles como nossa crença na sua legitimidade", é também possível que a utopia, por intermédio do "escape", do "lugar nenhum", seja de fato uma forma de fuga às contradições e ambiguidades realmente existentes, tanto no uso do poder em geral, quanto nas exigências da autoridade e no funcionamento das instituições (Falcon, 1993, p. 128).

A fuga das contradições sociais, no caso das CEBs, seria aquela aspiração pelo Reino Definitivo narrada na epígrafe desse capítulo. Enquanto o cebiano luta contra as injustiças sociais, ele acredita que sua luta reflete a esperança de um “não-lugar” diante de uma realidade social indesejada. A realidade social injusta está distanciada do Reino Definitivo. Diante de uma realidade estranha à crença dos cebianos, o Reino Definitivo é esse “não-lugar”.

Os cebianos, nas palavras colocadas por Dona Maria Oneide Rocha, são o “povo do caminho” (Rocha, 2023) que promovem o Reino de Deus no agora. Para os militantes, a luta social por justiça e dignidade do excluído, ajuda a construir o “Reino Definitivo”. O Messias veio inaugurar esse reino, cabe ao cebiano continuar construindo esse mundo novo:

O Reino de Deus começa aqui. Um povo feliz e libertado, tendo vida: “Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância”. Eu vou me apegar ao livro do profeta Isaías: “Eu vou criar um novo céu e uma nova terra”. É onde os homens farão casas e morarão nelas, plantarão e comerão dos seus frutos; onde as viúvas serão respeitadas; as crianças serão respeitadas; um mundo harmonioso; onde a criança sentará com a serpente... haverá harmonia! Mas, esse reino, ele continua... Mas, é preciso construir aqui! Começar aqui pra que as pessoas sintam! E foi isso que Jesus fez (Rocha, 2023).

Essa utopia cebiana extrai da Bíblia sua motivação e interpreta as Escrituras numa perspectiva sociopolítica. Essa escatologia utópica direciona as ações das CEBs para além do tempo da luta social que se realiza na Cidade dos Homens, empregando um termo agostiniano. O objetivo final estaria circunscrito na Cidade de Deus.¹ Os dois mundos aqui se entrelaçam e um reflete o outro. O centro da justiça do Reino de Deus nas CEBs está na construção de um mundo sem opressão, com liberdade para morar, plantar e comer dos frutos, sem privações daquilo que é fundamental para a dignidade humana na sociedade. Essa seria a religiosidade alinhada com o “Reino Definitivo”.

Esse reino da crença cebiana é um reino reflexo da justiça social. O militante que milita nessa luta em prol do reino de dois mundos receberá a confirmação do próprio Cristo no “Reino Definitivo”:

Eu estava doente... você me visitou; eu estava nu você me vestiu; eu tava com fome você me deu de comer. Isso é o começo do Reino de Deus! O Reino de Deus... o que acontece na realidade na religião

¹ Segundo Santo Agostinho, clérigo católico do século V, o cristão seria um cidadão de dois mundos, que se traduziria pela Cidade dos Homens e pela Cidade de Deus. Esta última seria o objetivo final do salvo.

tradicional é que colocam Deus do céu pra cima. Não é um Deus encarnado; não é um Deus que desce e se encarna (Rocha, 2023).

A diferença do catolicismo tradicional e das CEBs para Dona Oneide Rocha é uma questão que envolve a falta de um dos mundos: o mundo da esfera humana. Para ela, Deus não está somente na sua “Cidade”, mas desceu para ouvir o clamor do seu povo. A visão do reino de Deus aqui é uma visão em que desaparece toda espécie de injustiça social. A caminhada dos cebianos é guiada por uma economia moral religiosa² que aponta para outra esfera da vida.

Essa visão de mundo presente nas narrativas orais e escritas da militância das CEBs foi construída nas formações, cursos, círculos bíblicos, encontros etc. Tais ideias estão estreitamente relacionadas com as ações formativas implementadas nas comunidades pela Teologia da Libertação. Podemos perceber claramente uma metodologia que faz uma leitura da realidade pelo viés sociológico, utilizando textos das Escrituras sagradas. Diferente das reuniões e encontros de sindicatos e associações, as reuniões das CEBs se utilizavam sempre do elemento religioso que denominavam a “mística comunitária”. Esse elemento importante para a animação, motivação e esperança nas lutas, os cebianos viam como o grande diferencial de seus encontros. Tais ações, antes de tudo, eram ações formativas para a luta cotidiana.

² E. P. Thompson, nos escritos do artigo “A Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII”, publicado originalmente em 1979 e reunido com outros escritos no livro “Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional” de 1998, trata das ações coletivas de populares na Inglaterra do século XVIII, denominadas de “motins da fome”. Thompson critica as tentativas de definições dos movimentos sociais desse período e defende que homens e mulheres nessas ações sociais estavam “imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos e costumes tradicionais, e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade”. Para ele, essas ações não se reduziam a simples instinto de fome, mas eram formas “altamente complexas de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros”. Esse historiador notou que, nesses motins, os populares se baseavam em regras e costumes ingleses para resistirem ao capitalismo da época. Os populares apelavam para uma economia moral que fazia até mesmo autoridades reféns de suas ações, pois esses motins ganhavam legitimidade na cultura econômica inglesa desse período, utilizando-se das tradições (Thompson, 1998, p. 152).

Aprendizados do reino: experiências formativas na Diocese de Picos

O militante das CEBs, Helvídio João de Lima, afirma que foi nos círculos bíblicos, nas comunidades, em meio aos cânticos animados, numa perspectiva sociopolítica, que as famílias começaram a entender que precisavam se organizar:

Surgiram círculos bíblicos: estudo da Bíblia em família; olhava-se a Bíblia e olhava a vida. O que diz Jesus? Como se aplica isso que Jesus diz no mundo? Por que vivemos assim? Então surge a novidade: A compreensão de que "Igreja é povo que se organiza" (isso se cantava nas reuniões), povo esse que segue as orientações de Jesus. A partir daí se compreendeu também que somos e fazemos parte dessa Igreja. E que temos responsabilidade com a Igreja e com o mundo em que vivemos (Lima, 2023).

A questão principal dos estudos bíblicos era entender o que Jesus ensina e como se aplica seu ensinamento no mundo. A preocupação dos cebianos em suas reuniões estava direcionada para a Igreja e para o entorno dela. A Igreja Católica seria, então, para os cebianos, formada pelas comunidades organizadas, e essa organização teria sua razão de ser nas demandas sociais. Todo católico deveria, diante dessa visão cebiana, ser responsável pelos problemas da comunidade em que vive.

Antes de chegar às comunidades, essa formação das CEBs era realizada primeiramente na Diocese. Os estudos eram intensivos para a preparação de leigos, visando a um trabalho de alfabetização e assessoria junto às comunidades. Esse trabalho envolvia leigos, padres, bispos e religiosas. Segundo os cebianos, esse trabalho conjunto na Diocese de Picos sempre fez parte da visão pastoral do bispado de Dom Augusto Alves da Rocha desde que assumiu sua responsabilidade como primeiro bispo daquela região piauiense.

O plano pastoral de Dom Augusto contemplava duas diretrizes: a vocação sacerdotal e o protagonismo dos leigos (Nascimento; Silva, 2021, p. 75). Esse trabalho clerical ficou resumido no seu Primeiro Plano de Pastoral Diocesano, implementado em dezembro de 1975, no mesmo ano da sua consagração como Bispo. Esse plano possuía

SERTÃO HISTÓRIA (ISSN 2764-3956) – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA, Universidade Regional do Cariri | V.5, N.9, jan.-jun., 2026.

cinco linhas-mestras: 1 – Educação e aprofundamento da fé do povo; 2 - nucleação das CEBs; 3 - pastoral da juventude; 4 - pastoral vocacional e 5 - pastoral de grupos (Nascimento; Silva, 2021, p. 76). Na urgência de uma Diocese com poucos padres (contavam-se cinco no ano de 1975) e com crescente presença de outras confissões religiosas (a Primeira Igreja Batista foi inaugurada nesse mesmo ano), como já vimos com o avanço dos evangélicos na região Centro-Sul desse Estado, o plano foi traçado com o objetivo de atender ambas as frentes católicas: formação de sacerdotes e treinamento de líderes comunitários. Padre Flávio de Sousa Santiago³ foi um dos frutos das CEBs. Ele relata que o tema das CEBs era dominante na Diocese nos anos 1980 e, como eram poucos os padres, foi mais fácil implementar essa diretriz diocesana. Ele nos dá uma ideia do diminuto número de sacerdotes, contando de sua ordenação como décimo segundo pároco (12) da Diocese em junho de 1996. Ou seja, o aumento do número de sacerdotes foi tímido: foram mais de vinte anos para sair de cinco para doze. Podemos notar que a preocupação de Dom Augusto fez sentido quando traçou seu plano nesse sentido da formação vocacional.

Para Pe. Flávio, a implementação da formação das CEBs nas comunidades foi facilitada também pela presença de leigos que tomavam conta das capelas no interior das comunidades. Um quadro parecido com o que tratamos como início das CEBs no Brasil, na Barra do Piraí, Rio de Janeiro. A falta de clérigos protagonizou os animadores de comunidades, e a Diocese aproveitou esse recurso humano como dínamo para seus projetos populares:

A Igreja Católica possui capilaridade. É difícil ter um lugarzinho no interior... que não tenha uma capela e cada capela tenha uma representação. Então, a partir da visita do padre... a partir da oferta de formação, que eram oferecidas para aqueles que cuidavam das capelas, se deu a mobilização de lideranças laicas no território da Diocese de

³ Pe. Flávio de Sousa Santiago, na época da entrevista, era sacerdote católico da paróquia de Nossa Senhora dos Humildes em Paulistana-PI. Foi ordenado em 9 de junho de 1996 na comunidade do município de São Francisco-PI. Saiu da Paraíba com cinco anos de idade na década de 1970, quando seu pai, contratado pelo exército, veio para a cidade de Picos na transferência do 3º BEC para trabalhar nas obras civis. (Santiago, 2023).

Picos e, particularmente, na paróquia de São Francisco, no Bairro Junco, onde eu participei. O clero sempre apoiou, sempre estimulou e ofereceu formação e uma presença que incrementava e consolidava as comunidades (Santiago, 2023).

Pe. Flávio comenta que, nas missas, Dom Augusto sempre levantava questões sobre os problemas das comunidades, reforçando a necessidade dos fiéis de olharem para os excluídos. Lembra acontecerem muitas e cansativas reuniões para fortalecimento da fé católica e resolução de questões comunitárias. Ele lembra com entusiasmo das reuniões e mutirões comunitários nos quais as pessoas se envolviam: “A construção de salões e capelas...Nossa! Como as comunidades contribuíram! As pessoas que estavam envolvidas! Eu mesmo trabalhei como servente de pedreiro na construção do salão de reunião da paróquia do Junco” (Santiago, 2023). Para o Pe. Flávio, o trabalho era compensador porque envolvia e unia muitas pessoas na comunidade, sem distinção de cargos eclesiais. Ele conta com muita alegria que ele mesmo “botou a mão na massa” para auxiliar a comunidade. As freiras lembram que o próprio Dom Augusto “capinava, carregava melancia, abóboras” e convidava o povo para participar (Santiago, 2023). Pe. Flávio explica que os encontros eram animados pelas próprias comunidades. Ele destaca um elemento importantíssimo nos anos 1980 que fez diferença nos trabalhos comunitários, que foi a presença das freiras. Ele explica o porquê:

A diocese de Picos e as comunidades, elas se enriqueceram muito porque nos anos 80 a Diocese recebeu muitas religiosas que trabalhavam em colégios. Então, eram irmãs com formação teológica, filosófica e até na linha de análise da sociedade, com uma formação bem aprimorada. Recebemos muitas religiosas de diversas congregações que ajudaram muito na reflexão. E as religiosas por possuírem uma maior liberdade são muito mais corajosas do que os religiosos consagrados, no caso aqui, os padres. Elas apoiaram sempre em primeira pessoa o incremento, a consolidação e o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (Santiago, 2023).

O elemento feminino, composto por dezenas de freiras de muitas congregações, segundo Pe. Flávio, fez a diferença no trabalho com as comunidades. Eram educadoras e

traziam na bagagem importantes estudos para auxiliar no crescimento das CEBs. Além desse fator da formação dos cebianos, as freiras tinham o desprendimento da formalidade que limitava muitos sacerdotes nos ofícios paroquiais.

Dom Augusto Alves da Rocha, na sua articulação como bispo, convidou e atraiu pessoas de muitos lugares do Brasil e do estrangeiro. Foram muitos clérigos, freiras e intelectuais que chegaram à cidade de Picos nos anos 1980 e 1990 para contribuir com as CEBs. Essa abertura trouxe ideias e experiências que marcaram o Centro-Sul do Piauí como uma sementeira das CEBs. Mas é importante lembrar que, além dos recursos humanos, Dom Augusto, através de sindicatos, associações, MEB e CPT, conseguiu atrair muitos projetos para o desenvolvimento da economia popular e, com eles, muitos recursos financeiros (Nascimento; Silva, p. 117). Em Picos, reuniam-se forças sociais na promoção de uma eclesiologia participativa através de assembleias e retiros espirituais que, para muitos, constituíram

momentos fortes de formação de conagração, de espiritualidade, ocasião onde padres, religiosos/as e leigos/as se aprofundavam nos valores evangélicos para vivenciarem com ardor missionário a mística libertadora no meio do povo, principalmente os mais pobres. Por aqui passaram como orientadores espirituais: Dom Pedro Casaldáliga; Dom Élder Câmara; Dom Antônio Fragoso; Frei Clodovis Boff; Dom José Maria Pires; Dom Marcelo Cavalheira; Dom Valdir Cavalheiro; Pe. Pedro Brito (hoje, Dom Pedro Brito), dentre outros (Costa; Rocha, 2013, p. 74).

A mística libertadora está na base desse movimento formador da Diocese, como foi citado acima. Apesar de uma CEBs sob o olhar do clero, como nos relatou Pe. Flávio de Sousa Santiago (Santiago, 2023), naquele tempo era algo muito novo e ainda se processava o que significava essa novidade entre os poucos padres da Diocese. Para ele, praticamente o assunto das CEBs era consenso e só se tornou polêmico mais tarde.

As primeiras polêmicas vieram pela desconfiança em relação à metodologia abraçada pela Diocese. O ar progressista que tomava conta da cidade de Picos durante uma Ditadura Militar no Brasil atraiu os olhares dos mais conservadores. Missas voltadas

para denúncias de injustiças sociais; uma educação que despertava as comunidades para a luta por direitos, e que contrastava com a cartilha do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) do governo militar; caminhadas e outros eventos que denunciavam a situação de carência nas comunidades; a presença de muitos intelectuais com ideias da Teologia da Libertação. Todo esse movimento na cidade era visto com muitas reservas pelos militares e por muitos civis. Os olhares mais conservadores ficavam alerta para o bispo que apoiava os movimentos sociais.

Não demorou muito para surgirem críticas ao trabalho de base da Diocese de Picos. A oratória de Dom Augusto nas missas começou a chamar a atenção pelo peso das denúncias:

Durante o regime militar no Brasil, Dom Augusto foi listado publicamente, por setores da mídia e seguramente pelo Estado, como um bispo “vermelho”, isto é, um bispo progressista. Perguntado sobre tal titulação, disse Dom Augusto: *“para o governo militar, no entendimento deles, a Diocese de Picos era o paraíso dos comunistas, tinha gente de toda parte: Índia, Holanda, Bélgica, Alemanha, Itália. Eram agentes de pastorais: padres, freiras, leigos e leigas, mas o governo olhava com desconfiança por tê-los em nossa Diocese.”* Continua Dom Augusto: *“esses agentes, conosco, trabalhavam a consciência do povo das comunidades. Para o governo isso era comunismo.”* (Nascimento; Silva, p. 136)

Pelo fato de o Bispo Dom Augusto unir forças progressistas na Diocese, espalhou-se pelas localidades e chegou até as mídias nacionais que em Picos se encontrava “um bispo esquerdista” (Nascimento; Silva, 2021, p. 137). Era notória a aproximação da Diocese com os sindicatos e associações, e nestes movimentos era bastante comum confluírem forças de resistência comunista. As críticas se avolumaram mais quando Dom Augusto se tornou presidente da CPT no fim dos anos 1980.

A desconfiança com a movimentação em Picos devia-se ao estranhamento da população com esse novo quadro se formando na Diocese. Muitos estavam acostumados com um trabalho diocesano mais centrado na tradição doutrinal. A metodologia de trabalho da Diocese de Picos, durante o bispado de Dom Augusto,

estava direcionada para a formação e preparação da comunidade eclesial, visando um maior envolvimento com as questões sociais. Essa metodologia, segundo Hortência de Moura Costa, se distanciava dos trabalhos de muitos clérigos anteriores. Para ela, a preocupação do pastorado na região de Picos, antes de Dom Augusto, era manter os dogmas da igreja. Diante do quadro de pobreza e continuidade das secas atingindo muitas comunidades nessa região, as visões sobre a realidade do povo eram diferentes no passar dos anos:

Ao consultarmos os Livros Tombo da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios da cidade de Picos, é visível uma transformação no seio da Igreja Católica, onde se traçarmos uma linha do tempo percebemos que em 1915 até meados dos anos de 1961 a Igreja estava preocupada com dogmas e doutrinas. Como filha do seu tempo, agia de acordo com a época. Um exemplo, em 1915, segundo o Livro Tombo em algumas atas de visitas pastorais o Bispo Dom Otaviano Pereira de Albuquerque relata que ao vir para o sul da paróquia (Picos), percebia os estragos da seca; era grande o número de animais mortos e de cemitérios à beira da estrada. Diante desta realidade o bispo manda que sejam colocadas pias batismais nas Igrejas desta região. Já em 1976 quando esta mesma região passava por uma situação semelhante, onde vários agricultores tinham perdido suas sementes por conta da seca, o bispo da época Dom Augusto Alves da Rocha, pede ajuda a Caritas da Alemanha e consegue o apoio da mesma, fundando aqui em Picos um Banco de Sementes [...] (Costa, 2014, p. 19)

Hortência de Moura Costa afirma que os anos 1970 inauguram outro tempo e as mudanças sociais e eclesiais já eram sentidas em Picos. Como discurremos anteriormente, as articulações da Diocese de Picos eram facilitadas pela abertura da Igreja Católica para as comunidades desde os anos 1960, coroando essa participação com a influência do Concílio Vaticano II, que incentivou e fortaleceu o serviço dos leigos. A Diocese de Picos, nesse período, refletia o que ocorria no Brasil. As CEBs do período do Bispado de Dom Augusto já eram CEBs bem diferentes das anteriores, quando os leigos eram mais envolvidos no auxílio às comunidades para suprir a ausência do clero nas celebrações litúrgicas do que em ações políticas, no sentido de mudanças estruturais na sociedade. As CEBs, além de ajudar os sacerdotes na catequese popular, passaram a

participar de forma mais efetiva dos problemas cotidianos dessas comunidades. O que era antes um evangelho mais centrado nos dogmas e nas doutrinas católicas ressignificou-se e passou a agir como um evangelho político.

Notícias do reino: a tática comunicacional de uma CEBs sertaneja

Quando pesquisamos o jornal diocesano “Notícias do Reino em Picos”, ficou clara a visão política do evangelho social da Diocese no Bispado de Dom Augusto. Analisando esse periódico, levamos em consideração o que Peter Burke considerou como uma boa fórmula para o estudo das comunicações, principalmente da mídia jornalística. Essa fórmula é a fórmula clássica do cientista político dos Estados Unidos Harold Lasswell (1902–1978): “quem diz o quê, para quem, em que canal, com que efeito”. O “quê” (conteúdo), o “quem” (controle) e o “para quem” (audiência) têm o mesmo peso. “Onde” também interessa (Briggs; Burke, 2006, p. 15). Os meios de comunicação precisam ser analisados em muitos pontos, pois seu conteúdo sempre é produzido com intenções que, na maioria dos casos, não estão tão explícitas.

O jornal diocesano “Notícias do Reino em Picos”, informativo bimestral, foi elaborado com a finalidade de articular as atividades das CEBs em toda a Grande Região de Picos. Essa foi uma tática (Certeau, 1998) que buscava alcançar as comunidades diocesanas e mantê-las informadas e articuladas. Através desse periódico, a Diocese de Picos convocava os católicos para as festas, manifestações, cursos e reuniões. Muitas ações eram realizadas de forma criativa, animada e procurando combater o que eles chamavam de opressão às comunidades pobres. A linha editorial desse periódico é fortemente marcada pelo serviço diocesano voltado para as comunidades. Podemos notar que o jornal, nesse período, expressa grande preocupação com a formação de sindicatos, associações, com a reforma agrária e com a estrutura capitalista na América Latina (Notícias do Reino, 1986, n.º 41, p. 4). Para os cebianos, na década de 1980, o

que acontecia no mundo era importante discutir na Diocese. Para muitos, essa era uma nova forma de evangelismo político e social.

O periódico demonstra que a Diocese de Picos estava atualizada com os acontecimentos no Brasil e no mundo, e logo na abertura do Notícias do Reino em Picos, nº 42, na seção denominada “Palavra do Pastor”, as palavras de Dom Augusto são direcionadas para o momento de transição que o país passava:

Todos sabemos que o nosso país vive um momento de transição. O povo espera com ansiedade as mudanças verdadeiras e necessárias e quer alcançar a transformação da sociedade. Muita gente já entendeu que não pode ficar alheia ao processo e deve juntar-se aos demais companheiros, solidarizar-se com os outros seguimentos da sociedade e movimentos populares, alimentando as esperanças de se chegar a um novo dia.

A igreja no Brasil faz a experiência maravilhosa das Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs. O povo se reúne, proclama a palavra de Deus, debate os problemas da comunidade, encaminha soluções e assume a luta do povo (Notícias do Reino, 1986, nº 42, p. 2).

É nítida a alegria do Bispo ao comentar que as CEBs estavam no processo de mobilização política do povo. Para ele, o mais importante nessa mobilização dos movimentos populares é que estava sendo proclamada a catequese católica. As CEBs reuniam em suas festas e manifestações populares uma multidão.

O Jornal diocesano era distribuído em toda a Grande Região de Picos. A intenção era alcançar o maior número possível de comunidades e mantê-las informadas das programações da diocese. As questões políticas eram as mais discutidas no jornal: manifestações; eleições; celebrações pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras; cursos de formação e notícias das associações e sindicatos. As celebrações mesclavam a catequese com denúncias de exclusão e sofrimento dos trabalhadores e trabalhadoras. As CEBs da região de Picos criaram essa tática de comunicação como uma forma de reunir as comunidades que estavam espalhadas pelo sertão Centro-Sul piauiense. Muitos desses informativos eram trabalhados nas reuniões cebianas, em que eles planejavam, através de avaliações das ações das CEBs, novas ações para mobilizar as comunidades.

Esse movimento popular eclesial, reunido em torno do sagrado, fez da economia sacramental católica uma espécie de moral religiosa na qual a política se expressava através de uma simbologia mística. As manifestações eram recheadas de elementos simbólicos que representavam denúncias de injustiças sociais e o clamor por libertação. Um exemplo foi a Romaria da Fé de 1986, planejada para celebrar os dez anos da Diocese de Picos:

No dia 21 de setembro de 1986, acontecerá na cidade de Picos, sede da Diocese, o encerramento destas comemorações com a Grande Romaria da Fé: com o lema: FÉ, COMPROMISSO DE LIBERTAÇÃO (...) cada paróquia apresenta denúncia de um fato concreto de sua realidade, com pedidos de perdão pelo não compromisso com a libertação (...) As paróquias virão preparar a grande mesa para a Celebração Eucarística – o Banquete dos filhos de Deus - ofertando ao Pai os sinais de libertação da caminhada da Diocese simbolizados:

- 1 – Toalha – Paróquia de N. S. da Conceição
- 2 – Velas - Paróquia de São Francisco
- 3 – Flores - Paróquia de N. S. dos Remédios
- 4 – Pão e Vinho - Paróquia de São José Operário (Notícias do Reino, 1986, nº 42, p. 3).

A economia do sagrado na Eucaristia, centro do dogma católico em sua liturgia, se transforma numa celebração da luta popular. A caminhada paroquial pela libertação se transfigura nos elementos oferecidos na “grande mesa Eucarística”: a toalha, as velas, as flores e o pão e vinho, tudo irá simbolizar os “sinais de libertação” oferecidos ao divino. A Igreja Católica mostrou-se historicamente uma religião dos símbolos do *Mysterium Fidei*, e esse mistério da fé católica foi sacramentado nos sinais sensíveis da Eucaristia. Tal sacramento, sendo centro da religiosidade católica, tem seu sentido autoritativo dado pela cúpula do Vaticano, ou aquilo que conhecemos por “tradição católica”. Para a catolicidade, os sacramentos imprimem a graça de Cristo, sendo a Eucaristia a própria presença do Cordeiro de Deus (Vaticano, 2025). Nisso, as ofertas paroquiais na mesa da Eucaristia configuram ofertas ao próprio Cristo. Nesse novo

sentido das oferendas cebianas está “um banquete dos filhos de Deus” que caminham com a igreja peregrina rumo ao Reino definitivo.

No sentido libertador, toda a luta social se transfigura em uma luta contra a maldade incrustada na sociedade. Por isso, a Eucaristia não é mais simplesmente um ato sacramental que concede graça a todos, mas um ato simbólico/sacramental da libertação do pobre. Temos aqui uma nova leitura que denominamos “economia moral religiosa da Igreja Católica”. Nos anos 1980, esse sentido atravessou toda a estrutura sacramental da catolicidade das CEBs. Aquilo que antes justificava e acomodava toda a estrutura social num só “banquete”, faz uma nova leitura através de uma escolha pela causa dos pobres. Esse sentido vai estar presente em toda movimentação das CEBs nesse período. Isso não quer dizer que esse movimento de base da Igreja Católica deixou de lado a tradição sacramental do Vaticano, mas irá inserir um elemento novo que antes era tratado com certa indiferença, ou de uma forma piedosa contemplativa. Nessa nova ótica, os sacramentos passam a incluir a luta dos pobres. Dessa forma, agora não basta todos, indistintamente, participarem dos sacramentos; é preciso saber que existem injustiças sociais. A Eucaristia preserva agora, na linguagem desse movimento da base eclesial, um tom de denúncia. Tudo é atravessado por um catolicismo da libertação social.

O Brasil estava vivendo o ocaso da Ditadura Militar e caminhando para a elaboração de sua oitava Constituição, a Constituição democrática de 1988. Ou seja, a Diocese de Picos estava discutindo, nesse ano de 1986, a política constitucional do país. Tais assuntos eram temas das reuniões, das missas e das formações nas comunidades. As questões provocavam discussões e todos eram chamados a participar. Nos textos podemos ver uma lista de questões que envolviam a doutrina eclesial relacionadas às questões sociais. As discussões eram levantadas nos estudos com as comunidades e registradas no jornal comunitário Notícias do Reino em Picos:

Por que existe Igreja conservadora e progressista? Conhecer os documentos do Concílio Vaticano II. Mais clareza sobre os

sacramentos. Porque existe tanta diferença dentro da nossa Diocese, nem todos tem a mesma exigência para batizado, crisma, casamento, 1º eucaristia. As leis da igreja, por que existe casamentos nulos, por que a igreja está lutando pelos pobres, orienta o povo nos sindicatos, o que querem os padres com assuntos de políticas? (...) (Notícias do Reino, 1986, Nº 41, p. 6).

Podemos notar que estão acima intercaladas questões políticas e doutrinárias envolvendo as mudanças na Diocese. Nota-se uma preocupação no periódico em explicar a razão de uma Diocese alinhada com a “preferência pelos pobres”. Essa escolha é, ao mesmo tempo, religiosa e política. Já no número 44, do bimestre de novembro e dezembro do mesmo ano, o periódico faz uma discussão sobre política e procura esclarecer seu leitor de que a Diocese precisa se engajar na luta política e transformar as estruturas sociais com a finalidade de implantar o “Reino de Deus”. No jornal, a Diocese justifica seu Evangelho social:

A missão da comunidade cristã é, antes de tudo, transformar os homens e as estruturas para implantar o Reino de Deus. A fé vivida em comunidade ilumina, permite experimentar a força do alto, que enche o cristão de verdade, de justiça e de amor e lhe infunde o compromisso de transformar a sociedade numa grande comunidade fraterna. A missão da Igreja é continuar a salvar o mundo em Jesus. E isto ela não alcança e realiza sem se manter também na política (Notícias do Reino, 1986, Nº 44, p. 4).

Na intencionalidade de uma leitura pela comunidade, o periódico procura facilitar o entendimento sobre a política na Diocese, contando casos práticos que as CEBs vivenciaram nas reuniões comunitárias:

Num bairro da cidade, numa reunião de reflexão, Dona Marta que era a dirigente do encontro, propôs aos participantes que se discutisse um pouco o papel dos padres e dos leigos na política, a reunião estava meio quieta, mas foi só mexer nesse assunto e todos começaram a participar. Um disse que “o padre da paróquia está fazendo política na missa para partido do governo”. Outro falou que “o candidato a deputado estadual pelo município comungou 3 vezes nas 3 missas do domingo,” Mas, foi seu Alfredo que disse uma coisa muito importante

“esses que só fazem política no tempo da eleição, só fazem politicagem suja; fazer política não é só no tempo de eleição, mas o ano inteiro. E deve entrar padre, bispo, leigo... todo mundo e ninguém pode impedir!!!” (Notícias do Reino, 1986, N° 44, p. 4).

Está bem explícito que a Diocese dialogava com outros movimentos sociais, que eram o ponto alto no Brasil dos anos 1980, e sua metodologia, com base na Teologia da Libertação, trazia uma abertura para uma catequese voltada para o engajamento político. Segundo os cebianos, não se concebia uma igreja sem uma militância pelos pobres. No periódico, Dom Augusto pastoreia a Diocese numa comunicação clara de uma escolha teológica pelos pobres. A redação dos textos parte do princípio de que as comunidades são a vida da Igreja Católica.

Encontros nacionais e internacionais, reuniões locais, cursos de formação, pesquisas e muita celebração aconteciam nas comunidades da Diocese de Picos, no Centro-Sul do Piauí. Isso foi bastante intenso nos anos 1980. Nesse sertão, que parecia distante de tudo, os cebianos eram ativos participantes dos últimos acontecimentos e das novidades da nova eclesialidade católica. Dessa forma, interagindo, aprendendo e compartilhando com outros, ia se configurando o que eles entendiam como um novo jeito de ser igreja.

Considerações finais

Toda luta que empreendeu as CEBs na Diocese de Picos guardou, na sua formação dinâmica e motivadora, o elemento místico do sentido sacramental da Igreja Católica. Os cebianos, formados na catequese das comunidades de base, levavam na sua bagagem missionária a mística da luta que, por sua vez, nas reivindicações por justiça para os pobres, carregava na sua linguagem o direito natural interpretado das leituras da Bíblia. Nessa leitura das Sagradas Escrituras, as CEBs sertanejas no Piauí viam nas leis divinas a base moral para representar o “clamor do pobre”: “Deus é um Deus que desce

e se encarna”. Essa economia moral nasce na própria religiosidade católica, é intrínseca à vida comunitária e alcança as questões sociais de um modo místico.

Nas CEBs, o elemento social, na libertação do oprimido, é parte imprescindível das suas ações. Para Leonardo Boff, um dos principais teólogos que influenciou fortemente a teologia católica no Brasil nos anos 1980 e 1990, “a fé se constituiu na fonte quase única de motivações para o compromisso político: o evangelho e a vida de Jesus levam à libertação das injustiças” (Boff, 1994, p. 172). Diferente de muitas teologias mais tradicionais, a teologia libertadora de Boff se refere ao Reino de Deus como um reino de libertação do ser humano em sua realidade individual, social e cósmica, que acontecerá na história humana. Nessa visão teológico-sociológica, a libertação do oprimido não se dá nos espaços sagrados controlados pelo conservadorismo eclesial, mas utiliza-se do sagrado para refletir sobre o mundo constituído por este. O espaço do sagrado é o mundo intermediado pela Bíblia.

O Reino de Deus é a realização da utopia fundamental do coração humano de total transfiguração deste mundo, livre de tudo que o aliena, como sejam a dor, o pecado, a divisão e a morte. Ele vem e anuncia: “acabou o prazo da espera. Próximo está o reino”! Ele não só promete uma nova realidade, mas já começa a realizá-la e mostrá-la como possível neste mundo. Ele, portanto, não veio alienar o homem e levá-lo para o outro mundo. Veio confirmar uma boa notícia: esse mundo sinistro tem um fim bom, humano e divino (Boff, 2012, p. 40).

Podemos notar novidades na teologia progressista de Boff quando afirma que o Cristo não veio levar o ser humano para “o outro mundo”, e, em sustentar que Ele veio confirmar a boa nova no sentido de dizer que este mundo “sinistro tem um fim bom, humano e divino”. A tradição da teologia cristológica afirma que o próprio Cristo, nos Evangelhos, diante de Seu julgamento perante Pôncio Pilatos, sustentou que o seu Reino não é deste mundo⁴. Entende-se que tal teologia coloca Cristo e Seu reino na caminhada

⁴ A tradição da teologia cristológica se baseia no Evangelho de João, capítulo 18 e versículo 36, em que Jesus afirma: “O meu Reino não é deste mundo. Se fosse, os meus servos lutariam para impedir que os judeus me SERTÃO HISTÓRIA (ISSN 2764-3956) – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA, Universidade Regional do Cariri | V.5, N.9, jan.-jun., 2026.

humana, submetendo-os a uma escatologia terrestre. Uma soteriologia da imanência, na qual a libertação está atrelada ao processo de libertação das estruturas humanamente construídas.

Por essas questões controversas e outras mais, esse teólogo provocou a reação da cúpula do Vaticano nos anos 1980. Ele trouxe intensos debates por elaborar a tese sobre um Cristo libertador que feriu até mesmo o catecismo da Igreja Católica, que, na sua dogmática, sustenta que este “mundo sinistro”, ao qual se refere Boff, vai passar e dará lugar para o mundo celeste:

Portanto, o Reino não se realizará por um triunfo histórico da Igreja segundo um progresso ascendente, mas por uma vitória de Deus sobre o desencadeamento último do mal, que fará sua Esposa descer do Céu. O triunfo de Deus sobre a revolta do mal assumirá a forma do Juízo Final depois do derradeiro abalo cósmico deste mundo que passa (Vaticano, 2025, p.103).

Essa cidade celeste do catecismo é propriamente a Cidade de Deus de Santo Agostinho, citada pelos cebianos em sua caracterização do Reino Definitivo. Mas o modo como esse acontecimento escatológico acontecerá é que destoa no entendimento de ambos os lados, um mais progressista e outro mais conservador. O catecismo descarta um Reino construído no desenrolar da história humana num certo “progresso ascendente”. O que parece não acontecer do mesmo modo na teologia de Leonardo Boff. O Reino de Deus para a Teologia da Libertação precisa ser construído na história humana e deve tomar posição política pelo lado dos pobres. Essa teologia foi até mais longe, colocou o serviço ao pobre como prioridade para justificar o culto e mediação libertadora para o cristão:

O acesso a Ele (Deus) não se faz primariamente pelo culto, pela observância religiosa ou pela oração. São mediações verdadeiras, mas em si ambíguas. O acesso privilegiado e sem ambiguidades se faz pelo serviço ao pobre no qual o próprio Deus se esconde anonimamente.

prendessem. Mas agora o meu Reino não é daqui” (Bíblia Online, NVI). <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/jo/18/36>, Acesso: 17/10/2025.

SERTÃO HISTÓRIA (ISSN 2764-3956) – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA, Universidade Regional do Cariri | V.5, N.9, jan.-jun., 2026.

A práxis libertadora constitui o caminho mais seguro para o Deus de Jesus Cristo (Boff, 2012, p. 29).

Parece, nesse tempo de experiências com a Ditadura Militar e de surgimento de muitos movimentos sociais, principalmente de viés socialista, que esse teólogo da libertação encontrou um meio-termo para unir duas correntes de pensamento que tinham muita coisa em comum quando se tratava de lutar contra as injustiças. O combate às estruturas da miséria uniu fortemente nos anos 1980 a base do catolicismo e os movimentos de esquerda. Nota-se, principalmente, pela metodologia do materialismo dialético utilizada na linguagem de Leonardo Boff. As esferas do humano e divino se entrelaçam no social, na cristologia dessa Teologia da Libertação de Boff, com a finalidade de chamar para uma responsabilidade social. É muito estranho para a teologia tradicional, mas essa teologia aponta as lutas sociais como um verdadeiro culto. O divino se esconde no pobre, e, quando se luta contra as injustiças sociais, existe a presença do sagrado mais do que em um culto, numa oração sacrificial. Para os militantes cebianos, esse direcionamento político das CEBs é fundamentado na motivação que nasce da preocupação com o próximo. O serviço pastoral em prol do pobre leva à motivação da comunidade para a práxis, e, na unidade de interesses sociais e religiosos, os problemas comunitários direcionam a fé católica para um plano mais amplo: o Reino Definitivo. Aqui já não há separação do que é da terra e do que é celestial, porque o caminhar da Igreja, para as CEBs, é rumo ao fim das injustiças sociais.

Alimentados por essa teologia política, os cebianos do sertão do Centro-Sul do Piauí, diante da situação das suas comunidades sofridas com a seca natural e social na década de 1980, esperavam um Jesus que liberte, matando a fome e fazendo o milagre do acesso à terra prometida; é o que eles esperavam. Para seus teólogos e clérigos, a teologia não pode ser separada das ações em favor do próximo. A fé e a libertação estão no praticar muito mais do que nos sacramentos da Igreja.

Referências e fontes

- Benjamim, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOFF, Leonardo. **Igreja**: carisma e poder. Lisboa: Editorial Inquérito, 1994. (Coleção Perspectivas).
- _____. **Jesus Cristo, libertador**: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. Petrópolis: Vozes, 2012.
- Briggs, Asa; Burke, Peter. **Uma história social da mídia**. De Gutemberg à Internet. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias; Revisão técnica Paulo Vaz. 2.ed. Rev. E ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- Camurça, Marcelo Ayres. A militância de esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da Teologia da Libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Revolução e democracia-1964...**Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Coleção: as esquerdas no Brasil, v. 03, p. 387-408), p. 390-391.
- Certeau, Michel de. **A invenção do cotidiano** – Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Costa, Hortência de Moura. **Para ler a vida e escrever a própria história**: teologia e ação libertadora na diocese de Picos. 2014. 65fs. Monografia (Graduação: Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos-PI, 2014.
- Costa, Maria das Dores Rufino; Rocha, Maria Oneide Fialho. *Um pastoreio profético*. In: Dom Augusto Alves da Rocha, Pastor nordestino e Bispo da CPT. In: Rocha, Dom Augusto Alves da. **Sonetos: uma experiência contada em versos**. Brasília: Edições CNBB, 2013. (Coleção Testemunhos, nº 03).
- Falcon, Francisco José Calazans. Utopia e Modernidade. **Anais do XVII Simpósio Nacional de História** – ANPUH - São Paulo, julho 1993.
- Koselleck, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rev. Trad; César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- Nascimento, Pe. Abimael F.; Silva, Ronald Souza da. **Dom Augusto Alves da Rocha: vida e missão**. Floriano: Diocese de Floriano-PI, 2021.
- Schmitz, Maira Eveline. Podemos falar em realidade na história? Reflexões sobre tempo e espaço a partir de jacques ranciére e henri Lefebvre. **Historiæ**, Rio Grande, v. 11, n. 1, p. 85-101, 2020.
- Thompson, E.P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 152.

Fontes

Entrevistas

Helvídio, João de Lima. [Entrevista concedida ao autor]. Picos-PI, 20 de abril de 2023.
Rocha, Dom Augusto Alves da. [Entrevista concedida ao autor], Floriano-PI, 29 de jul. De 2011.
Rocha, Maria Oneide Fialho. [Entrevista concedida ao autor], Picos-PI, 19 de jan. De 2023.
Santiago, Pe. Flávio de Sousa. [Entrevista concedida ao autor]. Picos-PI, 20 de abril de 2023.

Periódicos

DIOCESE de PICOS. Notícias do Reino em Picos, Picos-PI, nº 41, maio/junho, 1986.
DIOCESE de PICOS. Notícias do Reino em Picos, Picos-PI, nº 42, julho/agosto, 1986.
DIOCESE de PICOS. Notícias do Reino em Picos, Picos-PI, nº 44, novembro/dezembro de 1986.

Internet

Bíblia On Line, versão NVI (Nova Versão Internacional). Disponível em: www.bibliaonline.com.br/nvi/jo/18/36. Acesso: 17 de outubro de 2025.
VATICANO On Line. *Catecismo da Igreja Católica*. Disponível em: www.vatican.va/archive/ccc/index_po.htm. Acesso: 25/06/2025.

O autor

Sérgio Luís Simeão Silva

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Recebido em 11/2025 • Aprovado em 12/2025 • Publicado em 10/2026